



## ESTUDANTES-TRABALHADORES: PERCURSOS, INGRESSO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

### ARTIGO ORIGINAL

CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de<sup>1</sup>, CARDOSO, Wemerson Gonçalves<sup>2</sup>

CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de. CARDOSO, Wemerson Gonçalves. **Estudantes-trabalhadores: percursos, ingresso e estratégias de permanência no ensino superior**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 06, Vol. 08, pp. 05-28. Junho de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estrategias-de-permanencia>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estrategias-de-permanencia

### RESUMO

Considerando que os estudos sobre estudantes-trabalhadores no ensino superior revelam desafios para que estes indivíduos possam garantir sua permanência na graduação, a questão que buscamos responder compreendeu quais as estratégias estes estudantes recorrem visando garantir a permanência no ensino superior, considerando os principais desafios em conciliar o trabalho e os estudos. O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os percursos, ingresso e estratégias de permanência destes estudantes no espaço acadêmico, bem como investigar como os capitais (social, econômico e cultural) têm impacto em suas trajetórias. O desenho metodológico, para além de um levantamento bibliográfico sobre a temática, pautou-se em uma abordagem quali-quantitativa, que contou com a aplicação de um questionário on-line aos estudantes-trabalhadores do curso de História da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais – Campus Divinópolis) matriculados e frequentes no ano de 2020. Os resultados evidenciaram que a renda destes indivíduos é essencial para o sustento familiar, impossibilitando que eles se dediquem integralmente à graduação. Além disso, o campo de atuação profissional atual destes universitários se distancia da licenciatura, concentrando-se em atividades laborais relacionadas ao setor de prestação de serviços. Contudo, os estudantes-trabalhadores se esforçam para permanecer na universidade, inclusive atingindo rendimento acadêmico satisfatório, embora não tenham oportunidades consideráveis de participação em atividades científico-acadêmicas.

Palavras-Chave: Estudantes-Trabalhadores, Ensino Superior, Estratégias Escolares, Percursos Acadêmicos.



## INTRODUÇÃO

As exigências do mercado de trabalho no século XXI têm cada vez mais aproximado os sujeitos da interdependência entre trabalhar e estudar. Neste sentido, é pertinente que investigações possam se debruçar a compreender os percursos e estratégias de permanência dos estudantes-trabalhadores na educação superior. Revisitando o acesso de novos públicos no ensino superior, percebemos que a nova clientela, segundo Cunha (2000), causou uma heterogeneidade dos indivíduos que chegam às instituições de ensino superior e abarcou a composição de diferentes classes sociais nestes espaços.

Vargas e Costa de Paula (2013) ainda enfatizam alguns pontos da Constituição Federal de 1988 que proporcionaram mudanças na história da educação brasileira, como a incorporação de sujeitos historicamente excluídos do mundo universitário, destacando-se o Art. 3 sobre a igualdade social, o Art. 216, acerca da democratização e estratégias de permanência escolar e por fim o Art. 208, sobre a responsabilidade do Estado em proporcionar chances igualitárias aos cidadãos, valorizando suas capacidades individuais (BRASIL, 1988).

Neste cenário, outra questão importante foi a força obtida pelo debate em prol da democratização do ensino superior. Almeida (2014) pontua que a partir de 1990 revelou-se uma onda de expansão pela democratização da educação superior no país, com a luta de setores de classe média baixa e camadas populares. Contudo, é importante salientar que na primeira década do século XXI a educação superior não estava mais focada na democratização e acesso, mas na permanência dos variados sujeitos na universidade (VARGAS; COSTA DE PAULA, 2013).

Obviamente, o acesso ao ensino superior não se tornou universal, mas houve vitórias significativas no que diz respeito ao ingresso do público menos favorecido nos espaços universitários, principalmente durante as políticas públicas do governo Lula[3] (2003-2011), com o aumento significativo do número de universidades públicas e a multiplicação dos *campi* para diversas regiões do interior. Merece destaque também a política de ofertas de bolsas em universidades privadas através do programa



PROUNI (Programa Universidade para Todos) e ainda a ampliação do FIES (Programa de Financiamento Estudantil), além da política de cotas. Deste modo, essas políticas não somente tiveram impacto apenas na teoria, mas na prática convergiam para favorecer o acesso das camadas populares[4] ao ensino superior.

Ao lado do acesso à universidade cabe destacar as discussões de permanência dos sujeitos no ensino superior; a evasão está intrinsecamente ligada à falta de condições financeiras dos estudantes. Desse modo, programas federais foram criados com a finalidade de operacionalizar políticas de assistência estudantil[5] que visam diminuir a evasão do ensino superior, como por exemplo a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)[6] (SANTOS, 2018).

Mediante estas breves considerações, buscamos entender como os estudantes universitários se dividem na dupla jornada diária de conciliação profissional e estudantil, os chamados estudantes-trabalhadores. Interessou-nos responder à seguinte indagação: Quais as estratégias estes estudantes recorrem visando garantir a permanência no ensino superior, considerando os principais desafios em conciliar o trabalho e os estudos? O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os percursos, ingresso e estratégias de permanência destes estudantes no espaço acadêmico, bem como investigar como os capitais (social, econômico e cultural) têm impacto em suas trajetórias, tomando como lócus de investigação uma universidade do interior de Minas Gerais (MG).

## **TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE ESTUDANTES-TRABALHADORES**

A princípio, é pertinente compreender a noção de trajetória; segundo alguns estudos (LAHIRE, 1997; VIANA, 1998, PORTES, 1999; NOGUEIRA, 2002; PIOTTO, 2008) esta pode ser definida como produto de diversos elementos que não podem ser reservados a um único aspecto explicativo. Nogueira (2002) ainda especifica que as trajetórias dos sujeitos operam no campo da interação dialética entre a origem social, o *modus operandi* familiar e às singularidades do indivíduo.



É possível afirmar ainda que o sucesso ou insucesso das trajetórias escolares pode ser compreendido de acordo com o nível de acesso aos capitais (econômico, social, cultural e simbólico) dos sujeitos. Segundo Bourdieu (2008) os capitais aludem à aptidão que o sujeito adquire em suas relações interpessoais, abrangendo a vida social, econômica e cultural, visto que, ao adquiri-los, consiste em aptidão favorável ao sujeito em diferentes percursos.

Compreende-se por *capital social* toda conjuntura de relações sociais sendo elas pré-estabelecidas, como a família, ou relações adquiridas no âmbito pessoal, profissional, educacional, dentre outros. Essas relações possibilitam os arranjos de relacionamentos propícios a uma rede de contatos que o sujeito internaliza ao longo de sua trajetória. Portanto,

A ideia é que esses indivíduos teriam melhores condições de ser bem sucedidos no sistema escolar, no mercado de trabalho e mesmo no mercado matrimonial, ou seja, nas principais instâncias em que se disputa e se decide a posição social futura dos indivíduos (BOURDIEU, 2009, p. 36).

Por outro lado, o *capital econômico* diz respeito à capacidade financeira do indivíduo e de sua família, dentro de um determinado contexto de classe social. Cabe ainda dizer que, não raras vezes, é um elemento chave facilitador na aquisição e acesso de bens culturais, consequentemente impactando na formação social e educacional do indivíduo. Vale pontuar que o investimento econômico dos sujeitos na aquisição de outros capitais (como o cultural) deve ser levado em consideração ao longo das trajetórias pessoais, profissionais e escolares.

Finalmente, o *capital cultural* pode ser compreendido como um indicador valioso quando se trata de classificar os sujeitos sociais e suas práticas culturais e educativas. No entanto, não permite, por si só, restituir ou resumir a diversidade e a complexidade das práticas dos indivíduos (THIN, 2006). Ele é conquistado através e, principalmente, por meio da família e suas ações socializadoras que visam à aquisição da cultura considerada legítima, como o acesso a livros, obras de arte, museus e bibliotecas. Vale considerar que, em grande medida, o capital cultural é apropriado por aqueles que são detentores de capital econômico; contudo, deve-se considerar que há um



investimento do próprio sujeito ao assimilar o patrimônio cultural, sendo assim, um trabalho do indivíduo sobre si mesmo (BORDIEU, 2008).

Arelado ao conceito de trajetória e de capitais é importante pontuar os sujeitos que fogem à previsibilidade de insucesso em suas trajetórias escolares, adquirindo percursos prolongados[7]. Para tal fenômeno existem diversos fatores explicativos, como as características do *modus operandi* da mobilização familiar em prol da escolarização, o apoio familiar que se desenvolve no convencimento da importância da escola para a mobilidade social (VIANA, 1998), como também o apoio afetivo aos filhos durante o processo de escolarização (PORTES, 2001). Em uma pesquisa sobre trajetórias escolares de sujeitos oriundos de camadas populares em cursos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Portes (1993) identificou a alta rotatividade escolar entre os universitários no período em que cursaram a educação básica, sendo o encerramento de bolsas de estudos em escolas privadas o preponderante. Contudo, o autor pontuou a intencionalidade de estratégias de contribuição dos pais no percurso escolar dos filhos; em outras palavras, a família procurava matricular a prole nas escolas públicas que consideravam prestigiosas de modo a canalizar maiores possibilidades de aprovação em futuros vestibulares.

Por outro lado, também consideramos que os filhos possuem sua parcela de responsabilidade no próprio sucesso escolar; os estudantes em suas trajetórias usam diversas estratégias para adentrar ao ensino superior: compreender as regras do jogo institucional escolar, isto é, a aceitação das normas escolares; evitar o confronto com professores e, conseqüentemente, buscar o melhor desempenho, visando atingir a “inteligência institucional” (SOUZA SILVA, 1999). Outrora, além dos muros da escola, o uso dos cursinhos como oportunidade de preparo para o vestibular e espaço estratégico de sociabilidade em criar novas redes de relacionamentos com sujeitos de objetivos similares, também merece ser ponderado (PORTES, 1993).

No entanto, além dos dilemas citados acerca do processo de escolarização, em cena temos outra realidade: a relação trabalho-estudo. Em diversos momentos este processo conciliatório se faz presente, principalmente quando nos referimos às classes populares. É possível afirmar que há diversos fatores subjetivos e cotidianos



que exemplificam a dura realidade da dupla jornada diária de trabalho e estudos; pensando especificamente no âmbito do mundo universitário, temos como exemplo a falta de concentração no período de estudos, a dificuldade de chegar pontualmente à universidade, a ausência de disposição para criar redes de contato dentro do espaço acadêmico (MATOS; CARVALHO, 2018).

Podemos caracterizar os trabalhadores-estudantes como aqueles que desempenham, na maioria das vezes, a responsabilidade de provedor essencial ao orçamento doméstico. Com isso, para estes, no jogo da conciliação diária entre trabalho-estudo, o trabalho tem maior relevância em detrimento da graduação, prevalecendo as necessidades de ordem financeira para sustento ou auxílio do lar (ANDRADE; SPOSITO, 2013). Além disso,

O trabalhador escolhe um curso que não se incompatibilize com o trabalho porque este sim exige e absorve a maior parte das energias. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. No caso anterior, a necessidade de trabalhar colocava o curso em plano secundário, mas nesse caso o sucesso no trabalho realiza-se às expensas do curso (FORACCHI, 1977, p. 51).

Neste cenário desfavorável de permanência no ensino superior, Vargas e Costa de Paula (2013) afirmam que para estes sujeitos o “acidente” de percurso são os estudos e não o trabalho remunerado. Portanto, não é desafiador compreender a preferência pela matrícula em cursos noturnos para que não haja comprometimento do trabalho por possíveis necessidades de confronto de carga horária (MATOS; CARVALHO, 2018). O *trabalhador-estudante*, então, tende a priorizar a necessidade de sobrevivência e, por outro lado, isso não o impede de valorizar a educação como uma possível mola propulsora de ascensão social.

Partindo dessas pontuações, os estudantes-trabalhadores suscitam discussões que abrangem o campo da Sociologia da Educação; ao enfrentar diversos desafios para a inserção e permanência no ensino superior é pertinente entender como estes sujeitos vivenciam o percurso acadêmico: as dificuldades não restritas somente ao desafio da qualidade de aprendizagem para uma formação satisfatória, mas ainda o fantasma da incerta permanência na educação superior, já que esta requer um duro processo





conciliatório de interdependência entre o trabalho remunerado e esforço pela busca de qualificação.

## **A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DOS ESTUDANTES-TRABALHADORES: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

No Brasil a primeira expansão das universidades, em termos quantitativos, ocorreu na segunda metade da década de 1960, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Neste momento, as classes médias em ascensão chegaram a ocupar um número significativo das cadeiras das academias (ALMEIDA, 2014). Contudo, a respeito das classes menos favorecidas, estas ainda permaneciam à margem da educação superior; em 1988, com a aprovação da atual Constituinte Federal, que o debate em torno da inserção deste público no ensino superior foi fomentado, sendo reforçado na década de 1990 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Considerando este breve cenário, entendemos o enfrentamento aos desafios para o acesso e permanência no ensino superior como um “sinal” de vitória para alunos que são estudantes-trabalhadores e que, de certo modo, ocupam as classes menos favorecidas. Pautando-se na sociologia bourdieusiana, o conceito de *habitus*, produto dialético de percepções, apreciações e ações que predispõe os indivíduos nos modos de pensar, agir e sentir sob a forma de disposições duráveis, transferíveis e incorporadas pelos sujeitos ao longo de seu processo de socialização (BOURDIEU, 2008), é um indicativo para entender as trajetórias dos indivíduos e deve ser considerado enquanto sistema estrutural de predisposições das escolhas dos sujeitos[8]. No entanto,

Habitus não é destino. Habitus é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. Habitus como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas (SETTON, 2002, p. 61).



Dito isso, o *habitus* orientaria os sujeitos nos modos universitários; em outras palavras, a partir de experiências anteriores (trajetórias pessoais, profissionais, escolares) os indivíduos fariam inclusive a escolha do curso pensando nas chances de ingresso e permanência nas instituições de ensino superior, na relação candidato/vaga no momento de prestar o vestibular, no investimento econômico em relação à aquisição de materiais didáticos, no turno de oferta da graduação.

A literatura que trata a respeito do processo de escolha do curso superior (NOGUEIRA, 2004; VARGAS, 2010) sinaliza que os estudantes das licenciaturas, por exemplo, estão inseridos em um público que vivencia desafios de diferentes naturezas pregressas à chegada no ensino superior; principalmente pelas restrições financeiras tiveram escassos recursos para investir em ações que lhes permitissem maior riqueza cultural e acesso à leitura, cinema, teatro, eventos, exposições e viagens.

Cabe ressaltar, segundo Portes (1999), que os universitários precisam construir um *habitus acadêmico*, isto é, normas e regras dos novos dispositivos culturais a serem interiorizados enquanto sujeitos acadêmicos. Diante do universo acadêmico e sua incorporação, especialmente as classes populares passam a ter contato com um *capital cultural* que não lhes era disponibilizado anteriormente (PORTES, 1999 *apud* ÁVILA, 2010) o que pode, de certo modo, gerar dificuldades desproporcionais de assimilação cultural.

Como o ensino superior brasileiro, em especial a universidade pública, tornou-se um espaço de encontro das classes, é necessário entender como os sujeitos menos favorecidos e com trajetórias “improváveis” criam estratégias de permanência na educação superior. Vale lembrar, como pontua Lahire (2002) distanciando-se do conceito de *habitus* apresentado por Bourdieu, que cada sujeito possui uma história particular e consegue incorporar ao longo de suas trajetórias novas disposições culturais que não são comuns de sua classe ascendente, o que ele denomina de patrimônio de disposições. Nesse sentido, os indivíduos incorporam novas disposições, fruto dos relacionamentos interpessoais em diversificadas redes de posições sociais (NOGUEIRA, 2002).





Mediante essas considerações, defendemos que a universidade é um *lócus* privilegiado para a aquisição de capitais (social, econômico, cultural), por vezes distantes, dos percursos já vividos pelos estudantes, permitindo que eles possam aprender as regras do jogo universitário que garantam sua permanência. Ainda assim, compreendemos que os desafios dos estudantes-trabalhadores são distintos, o que requer a necessidade de criar estratégias de sobrevivência na universidade, aquilo que Coulon (2008) denomina como “aprender o ofício do estudante”.

A título de exemplificação, o estudo de Portes (1993) com graduandos da UFMG revelou alguns desafios no momento de ingresso na universidade: o transporte para a instituição, a mudança para residir na cidade onde está localizado o campus e a conciliação trabalho-estudo são alguns exemplos que foram destacados. Para vivenciar estas e outras dificuldades, os estudantes universitários, segundo o autor, apoiavam-se nas novas redes de relacionamento com estudantes veteranos.

Outro estudo de Portes (2001) também elucidou as dificuldades enfrentadas no percurso acadêmico de graduandos que conciliam estudos e trabalho, aproximando-se da pesquisa de Almeida (2007): os estudantes-trabalhadores cursam o ensino superior em condições sociais desfavoráveis. Entre os desafios, os estudantes apontaram desafios na aquisição de xerox para leituras obrigatórias, aquisição de livros e até mesmo problemas relacionados à própria alimentação. Vale ainda pontuar, assim como mostrou Portes (1993), que a ausência de tempo para os estudos afeta o desempenho acadêmico destes graduandos.

Essas constatações nos levaram a investigar como os estudantes-trabalhadores de uma instituição de ensino superior no centro-oeste mineiro criam estratégias de permanência na universidade e quais são os desafios por eles enfrentados na dupla conciliação entre estudos e trabalho. Merece ainda destaque, como ressalta Sampaio (2011), que os jovens do interior ainda têm menos chances de ampliar a longevidade escolar, pois a escolarização não ocorre nos mesmos moldes daqueles praticados nas grandes cidades.



## APORTES METODOLÓGICOS

Esta investigação de cunho qualitativo que supõe o “contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada” (LUDKE; ANDRÉ, 1985, p. 2), buscou compreender os percursos e as estratégias de permanência dos estudantes-trabalhadores no ensino superior. Para atingir esse objetivo, na primeira etapa da investigação foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática, procedimento este que é definido por Oliveira (2005, p. 69) da seguinte maneira: “a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudos e análise de documentos de domínio científico tais como: livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”.

Considerando que em uma pesquisa científica os tratamentos quantitativos e qualitativos dos resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões sobre o objeto de estudo (MINAYO, 1997), consideramos pertinente defender uma abordagem quali-quantitativa neste estudo. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos possibilitaria uma concepção mais ampla da realidade a ser investigada.

Houve a submissão da proposta ao Comitê de Ética da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Unidade Divinópolis), tendo em vista que a pesquisa envolvia a investigação com seres humanos. Cabe ressaltar que a investigação respeitou os preceitos éticos, defendendo a integridade e dignidade dos sujeitos investigados, bem como tomou os devidos cuidados para evitar situações de constrangimento aos participantes que contribuíram com o estudo[9].

Aprovada a pesquisa pelo Comitê de Ética[10], o lócus da investigação foi a UEMG (Campus Divinópolis), e esta escolha se pautou no fato de que a instituição no interior mineiro possui prestígio, reputação e gratuidade no ensino, assumindo hoje a formação de, aproximadamente, mais de 23 mil estudantes, e sua presença está em diversos municípios do Estado. Vale ainda salientar, considerando os outros *campis* desta instituição, que o de Divinópolis é o segundo[11] maior em oferta de curso, sendo oferecidas dezoito graduações com, aproximadamente, 3640 alunos



matriculados, conforme levantamento realizado junto à Secretaria Acadêmica da Unidade no ano de 2020.

O curso escolhido para a escolha dos sujeitos a serem investigados foi o de História e essa seleção foi pautada em dois critérios: A) relevância da instituição na oferta desta graduação, pois é a única universidade pública na região Centro-Oeste mineira que oferece gratuitamente o curso; B) Leituras obrigatórias densas ao longo da graduação em História, considerando que os cursos na área das humanidades têm essa característica, o que, de certo modo, pode impactar o desempenho do *estudante-trabalhador* na conciliação de ambas as jornadas (ALMEIDA, 2014).

O instrumento de coleta de dados contemplou a aplicação de um questionário com perguntas fechadas, em formato online, elaborado através da ferramenta *Google Formulários*, aos estudantes frequentes e matriculados. A aplicação do questionário neste formato pode ser justificada mediante as precauções sanitárias da pandemia de Covid-19. Cabe dizer que a escolha deste recurso metodológico considerou ainda o que é levantado por Gil (2008): tem por intuito obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado dos indivíduos.

Neste sentido, o questionário abrangeu as seguintes informações a respeito dos estudantes do curso de História: A) condição socioeconômica dos sujeitos; B) as dificuldades encontradas na conciliação entre estudos e trabalho; C) estratégias que são utilizadas pelos universitários nesse processo de conciliatório de universidade x mundo do trabalho; D) aproximação ou distanciamento dos estudantes do curso e suas atividades de trabalho; E) o desempenho acadêmico no sentido amplo (qualidade de aprendizagem) e restrito (notas).

O questionário foi enviado, com a colaboração dos representantes de turma, aos estudantes dos 3º, 5º e 7º períodos do curso. Justificou-se a escolha destes universitários pelo fato de que já se encontram, de certo modo, habituados aos desafios de dupla jornada que lhes são impostos no processo conciliatório da vida profissional e estudantil. Portanto, foram excluídos os estudantes do 1º período, pois



no momento de aplicação do questionário o ingresso destes graduandos era recente, inviabilizando-os, assim, de vivenciar os desafios concernentes à conciliação entre estudos e trabalho.

Após a coleta de dados, o passo seguinte foi a inteligibilidade dos dados empíricos, criando categorias de análise que agrupassem determinadas características comuns observadas no material, considerando a literatura disponível sobre a temática e a abordagem dada pelo pesquisador. Este tratamento pautou-se no que Bardin (2011) nomeia de processo de codificação; buscamos descobrir as relações existentes entre o conteúdo coletado e os aspectos exteriores do percurso escolar e profissional dos estudantes-trabalhadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi aplicado entre junho e julho de 2020, atingindo cinquenta e dois respondentes dentro do universo de cento e um sujeitos que se encontravam matriculados. Destes participantes, encaixavam-se no critério de *estudante-trabalhador* quarenta e um licenciandos que revelaram exercer alguma atividade remunerada, o que corresponde a 78,84% do número total de alunos investigados. Essa foi a amostra que consideramos nesta investigação.

Cabe sinalizar que apenas metade dos alunos matriculados respondeu ao questionário despontando duas considerações: o cansaço e desmotivação causados pelas atividades remotas devido à pandemia (número expressivo de e-mails diários, plataformas digitais para acessar cotidianamente, uso contínuo de WhatsApp para não perder informações úteis, entre outros), bem como o desafio de conciliar várias tarefas do cotidiano em tempos de distanciamento e isolamento social.

## PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES-TRABALHADORES

Com o intuito de traçar o perfil dos quarenta e um licenciandos pertencentes à categoria estudantes-trabalhadores, foi realizada uma análise socioeconômica deste público. Sobre a questão de gênero, verificou-se que a maioria pertence ao sexo



masculino (53,7%), seguido de 43,9% do sexo feminino e 2,4% se declararam não-binários. Esse dado rompe com o estigma cultural e majoritário da feminização no trabalho docente e demonstra maior interesse do sexo masculino em cursos de licenciatura, mesmo que, de modo geral este público não seja atraído para a docência devido à baixa remuneração (HYPÓLITO, 1997; LOURO, 2003).

Outro achado relevante diz respeito ao perfil etário dos estudantes; majoritariamente o público *estudante-trabalhador* é composto por licenciandos entre 18 a 21 anos (46,3%), seguido de 24,4% que possuem faixa etária entre 22 a 26 anos, e os demais, 29,3%, têm idade igual ou superior a 27 anos. Podemos inferir que a concentração significativa do público jovem no curso se deve ao fato de tê-lo como primeira escolha do curso de graduação logo após a conclusão do Ensino Médio, e para alguns, essa opção se consolidou visando, estrategicamente, a maior possibilidade de ingresso na educação superior (NOGUEIRA, 2004).

Ainda julgamos pertinente compreender aspectos relacionados à questão racial para traçar o perfil socioeconômico dos estudantes-trabalhadores. Identificou-se que 61% dos participantes se autodeclararam brancos, 26,8% pardos e 12,2% negros. Esse cenário mostra que os brancos ainda gozam de certo privilégio no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior (SEPÚLVEDA; LOPES, 2012), corroborando com as estatísticas de desigualdade social e racial no país.

Por conseguinte, foram levantados dados acerca da composição familiar dos respondentes; os achados demonstraram que o nível de escolaridade paterno é baixo, destacando-se o percentual de 31,7% que concluiu a 8ª série do antigo ginásio, 29,3% com ensino médio (antigo 2º grau), 22% cursaram apenas a 4ª série do antigo primário, 7,3% possui ensino superior completo, 4,9% não soube responder, 2,4% têm ensino médio incompleto e 2,4% de não alfabetizados.

Em relação às mães, em linhas gerais, não há mudanças significativas quanto ao nível de instrução, mesmo que ainda se concentrem em menor número como concluintes da 8ª série do antigo ginásio (12,2%) e maior número de concluintes do ensino médio (antigo 2º grau) com 29,3%, sendo ainda observado um número expressivo de mães



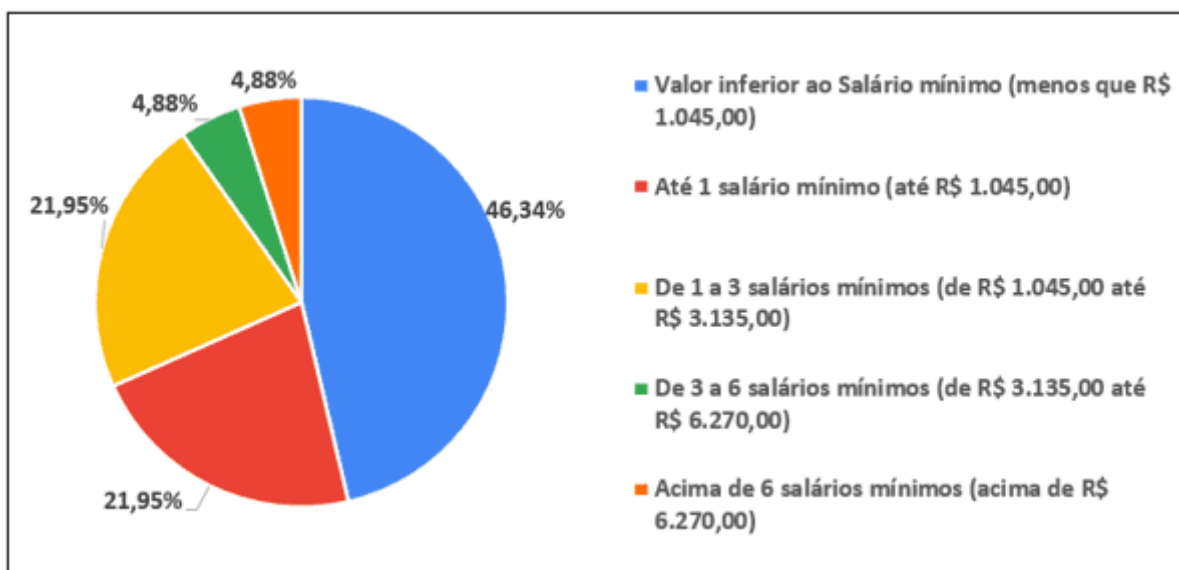
que concluíram a 4ª série do antigo primário (26,8%). Cabe ainda destacar que 12,2% possuem ensino superior completo, 12,2% cursou a 8ª série (antigo ginásio) completa, 9,8% têm ensino médio incompleto (antigo 2º grau) e por fim, 9,8% das mães chegou a concluir pós-graduação ou especialização.

Diante de tais achados sobre o nível de escolaridade dos pais é possível traçar um paralelo com a renda familiar. Dos quarenta e um estudantes investigados, 61% das famílias têm renda equivalente até 3 (três) salários-mínimos (até R\$ 3.135,00)[12], sendo consideradas de camadas populares (VIANA, 2014). Como outros estudos já apontaram (PORTES, 2001, 1993; PIOTTO, 2014), a baixa escolaridade pressupõe a ocupação de profissões com menor prestígio e, conseqüentemente, baixos salários, como a exemplo de alguns trabalhos braçais.

A pesquisa ainda buscou compreender a renda dos estudantes-trabalhadores, bem como o tipo de trabalho e o tempo semanal em que os sujeitos se dedicavam às atividades remuneradas. Identificamos que a maior parte dos universitários exerce suas atividades no setor comercial e na prestação de serviço (29,3%). Aproximando-se dessa constatação e refletindo sobre o perfil empregatício dessas empresas, não surpreende que 22% dos estudantes-trabalhadores disseram trabalhar de forma fixa por mais de 30 horas semanais e 26,8% deles por mais de 40 horas semanais, inclusive recebendo baixos salários, conforme mostra o Gráfico 1:



Gráfico 1 - Renda Individual Mensal



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados extraídos do questionário, 2020.

Como pode ser observado, 68,29% dos estudantes-trabalhadores possuem renda mensal de até 1 (um) salário-mínimo (R\$ 1.045,00). Em correlação aos dados já descritos sobre a baixa renda familiar, é possível inferir que estes universitários são peças fundamentais no orçamento familiar e se, porventura, decidem abandonar a atividade profissional para se dedicarem exclusivamente aos estudos, correm o risco de comprometimento da qualidade de vida familiar. Nesse cenário, vale pontuar que os alunos em vulnerabilidade socioeconômica possuem maiores dificuldades de se manterem na universidade sem que haja políticas afirmativas para permanência desses sujeitos no ensino superior (RISTOFF, 2014).

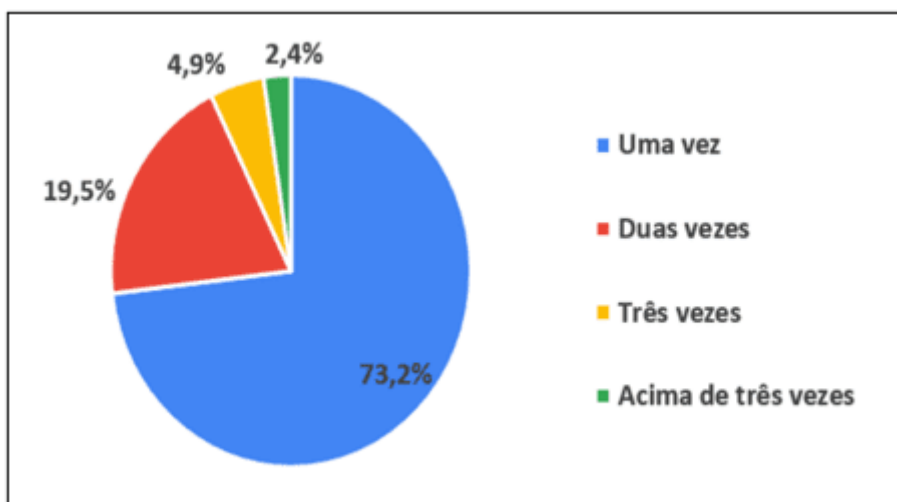
## **ESTUDANTES-TRABALHADORES: PROCESSO DE ESCOLHA DO CURSO E INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Visando compreender o processo de inserção no ensino superior, procuramos levantar aspectos da trajetória escolar pregressa ao ingresso na UEMG – Divinópolis, inclusive no que diz respeito ao acesso a cursinhos pré-vestibulares. Dos quarenta e um investigados, 63,4% deles não frequentaram cursos preparatórios; esse dado vai ao encontro dos 61% dos alunos que são pertencentes a classes populares[13],

revelando ainda a dinâmica do processo de hierarquização das carreiras que pode ser melhor entendido através dos estudos de Braga *et. al* (2000)[14]: os indivíduos ascendentes de classes privilegiadas investem em cursos de prestígio e com suporte de cursinhos pré-vestibulares e, contrariamente, sujeitos provenientes de famílias em condições socioeconômicas desfavoráveis optam, em sua maioria, por cursos de menor prestígio visando obter maiores chances de inserção no ensino superior.

Aliado à frequência em cursos preparatórios, buscamos levantar quantas vezes o estudante tentou vestibular ou fez o Enem[15] (Exame Nacional do Ensino Médio), considerando que no percurso histórico de acesso à educação superior, nas últimas décadas, este exame é a principal porta de acesso a cursos em universidades públicas e privadas, inclusive a estudantes de baixa renda o acesso aos programas governamentais de bolsas de estudo ou financiamento com juros reduzidos. A seguir, o Gráfico 2 mostra a participação no exame pelos estudantes-trabalhadores do curso de História da UEMG – Divinópolis:

Gráfico 2: Número de tentativas de acesso ao ensino superior

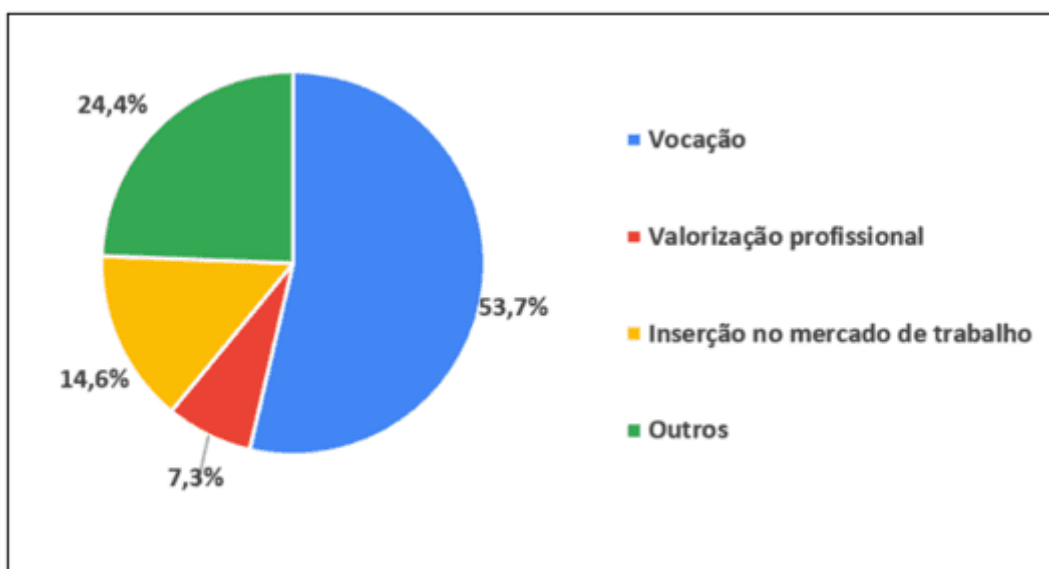


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados extraídos do questionário, 2020.

Os dados revelam que houve o predomínio de estudantes que tentaram o vestibular ou Enem apenas uma vez (73,2%), seguido daqueles que tentaram duas vezes (19,5%), 4,9% dos universitários pesquisados tentou três vezes e 2,4% acima de três vezes. Como estes licenciandos, majoritariamente, são jovens (46,3%), inferimos que

para a maioria deles houve um prolongamento escolar com pouco ou nenhum intervalo entre a conclusão do Ensino Médio e inserção no ensino superior. Arelado às tentativas de ingresso, procuramos ainda entender as motivações de escolha do curso, como mostra o Gráfico 3:

Gráfico 3: Principal motivo da escolha do curso



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados extraídos do questionário, 2020.

Mais da metade dos respondentes afirma ter escolhido o curso de História por se sentirem "vocacionados" à profissão docente. A "vocação" como resposta à escolha da carreira é enfatizada por Bourdieu (2007) como inexistente, pois não são aptidões inatas aos indivíduos, mas sim elementos que podem ser compreendidos através do *habitus* como mediador entre estrutura e prática (BOURDIEU, 1983) e ainda dos capitais que o sujeito carrega em suas trajetórias. Podemos ainda perceber, como aponta Schwartzman (1999), por detrás da chamada "vocação" existem, na verdade, outros fatores subjetivos que traduzem melhor a escolha da carreira dos indivíduos.

Vale ainda mencionar os estudos de Bourdieu e Passeron (1992) que consideram trivial a ideia de que os estudantes estão em diversos cursos do ensino superior simplesmente pelos gostos individuais e vocação, desconsiderando a distribuição de *oportunidades condicionais*. As pesquisas[16] dos mesmos autores sobre os perfis de



alunos em cursos de letras, ciências, direito e medicina concluíram que “os estudantes originários das classes desfavorecidas se orientem antes para as faculdades de letras e de ciências e os estudantes das classes favorecidas para as faculdades de direito e de medicina” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 234).

Ainda sobre a escolha do curso superior, é importante pontuar que não se trata de determinismo, mas sim de uma predominância encontrada em outros estudos sobre a temática no Brasil (SCHWARTZMAN, 1999; BASTOS, 2004, VARGAS, 2010; RISTOFF, 2014), revelando que o perfil dos estudantes que buscam a licenciatura é pertencente, em sua maioria, a estratos sociais mais baixos.

## **ESTUDANTES-TRABALHADORES: CONCILIAÇÃO DE ESTUDOS E TRABALHO**

Além de compreender o perfil dos estudantes-trabalhadores e como se deu o processo de inserção no ensino superior, é necessário analisar o percurso destes indivíduos na universidade. Sendo assim, o questionário aplicado intencionou levantar o tempo estimado que os quarenta e um universitários que se encontram nesta categoria dedicam semanalmente às atividades obrigatórias do curso. A maior parte (36,6%) respondeu que entre uma a quatro horas semanais e, em segundo lugar, (24,4%) sinalizou que dedica entre quatro e sete horas, 19,5% gastam entre oito e doze horas semanais, 14,6% se dedicam acima de quinze horas e, por fim, 4,9% entre doze e quinze horas.

Esses dados nos mostram que os graduandos pesquisados, em sua maioria, não ultrapassam 15 horas de estudos ao longo da semana, o que é uma estimativa de tempo curta e insatisfatória, a nosso ver, pensando na carga de leitura exigida na área das humanidades, realização de atividades científico-acadêmicas e participação em projetos de pesquisa e extensão mesmo que como voluntários.

Buscamos ainda entender em que circunstâncias essas horas semanais são geridas na vida diária dos estudantes-trabalhadores; majoritariamente (62,5%) dos universitários utilizam os horários vagos do dia, isto é, intervalos do horário de almoço,



após o trabalho e antes e após o horário das aulas na universidade. Neste sentido, é perceptível como estão em posição de desvantagem em relação aos estudantes que não são trabalhadores e dedicam, possivelmente, um tempo maior à vida universitária. Portanto,

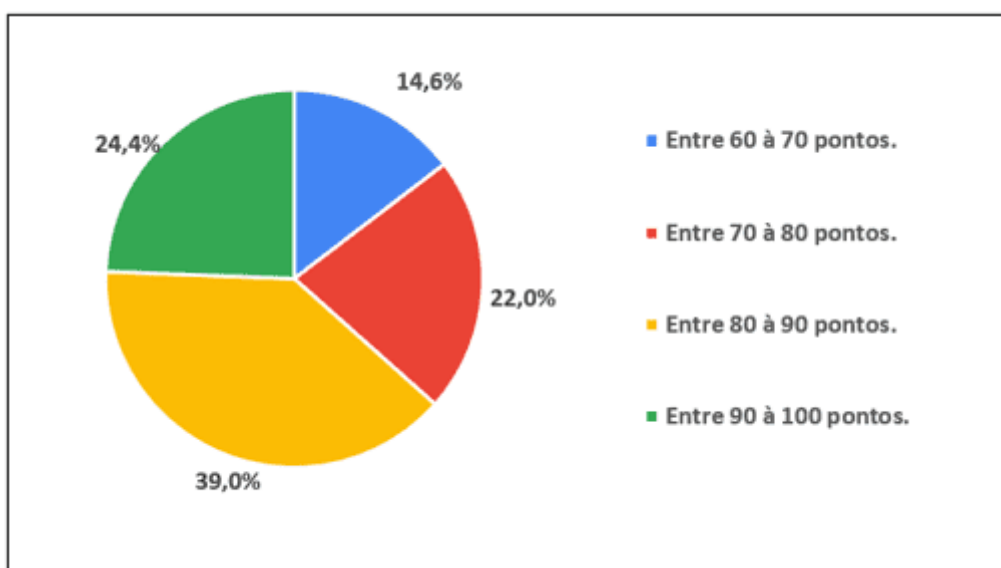
***“Como se resolve ou, ao menos, tenta se resolver tal ausência de tempo? “Cria-se” algum tempo em horários destinados a outras rotinas diárias – hora do almoço, período após expediente, dentre outros. A consequência mais imediata é uma nova postura frente às atividades universitárias. É exigido do aluno um novo e diferente grau de organização, para que consiga executar os deveres solicitados a contento” (ALMEIDA, 2007, p. 41, grifos nossos).***

Esse cenário que lança luz ao percurso do *estudante-trabalhador* na universidade retrata desafios vividos no processo de aprendizagem a que ele se submete. O estudo de Almeida (2007) também considera, nas trajetórias de seus entrevistados, que no processo conciliatório entre jornada de trabalho e a academia há uma *frágil conciliação* devido aos sacrifícios e esforço descomunal na vida destes universitários e que refletem em tempo escasso para a formação. Essa constatação observada nas pesquisas do autor se aproxima dos achados levantados nesta pesquisa, visto que, ao serem questionados sobre uma autoanálise do processo conciliatório, 42,5% dos alunos do curso de História da UEMG – Divinópolis disseram que se sentem extremamente cansados e acreditam que isso dificulta a aprendizagem.

Merece destaque outro estudo de Almeida (2014) que discute o processo conciliatório, expondo uma diferenciação nas trajetórias dos estudantes-trabalhadores e os universitários que não exercem atividade remunerada. Para o autor, tal cenário além de evidenciar desigualdades, também indica que os estudantes de forma integral possuem melhores condições de usufruir da aprendizagem em seu processo formativo. Além disso, é importante dizer que os estudantes não-trabalhadores, por usufruírem de um tempo que falta àqueles que são trabalhadores, podem intensificar seus contatos com a comunidade acadêmica através da aquisição de *capital social*, e por isso, tirar outros proveitos no percurso acadêmico. Destaca-se que o volume de capital social de um indivíduo tem ligação com a extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar (BOURDIEU, 1993, 1997).

Entretanto, mesmo com os desafios vivenciados pelos estudantes-trabalhadores, os resultados do nosso estudo apontaram que eles possuem um desempenho acadêmico satisfatório, deduzindo que eles criam estratégias e mobilizações que possam garantir sua permanência na educação superior, como o estudar no horário de almoço conforme foi revelado. O Gráfico 4 mostra o desempenho, em notas, destes estudantes:

Gráfico 4 – Média de notas semestral



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados extraídos do questionário, 2020.

Como pode ser observado, 39% dos estudantes-trabalhadores têm notas semestrais que variam entre 80 à 90 pontos; seguidos de 24,4% que disseram ter média entre 90 à 100; 22% deles possuem notas entre 70 à 80 pontos e 14,6% entre 60 à 70 pontos. Contudo, é necessário pontuar que há um *sobre esforço* para que estes universitários atinjam notas satisfatórias, desafiando a si mesmos em busca do objetivo principal: a inserção no mercado de trabalho e busca de melhores condições de vida (THIN, 2006).

Quando questionados sobre a participação em atividades científico-acadêmicas promovidas pela universidade e/outras instituições de ensino superior, a realidade se torna ainda mais desafiadora: a maioria dos estudantes-trabalhadores (53,7%)





participa parcialmente das atividades acadêmicas do curso; seguido de 29,3% que disseram não participar e apenas 17,1% revelaram participar ativamente do calendário de atividades. É relevante ainda pontuar que estes universitários não têm participação efetiva em projetos de pesquisa ou extensão; 73,2% dos estudantes disseram que nunca participaram de projetos desta natureza.

A não participação (ou participação tímida) nas atividades extracurriculares é uma lacuna na formação destes estudantes, inclusive revelando que existe um papel da universidade a ser desempenhado a respeito dos discentes que se encontram nesta situação. Ao mesmo tempo, esse achado sinaliza a pertinência de investigações futuras acerca das estratégias das instituições de ensino superior para minimizar estes impactos no processo de formação inicial dos alunos trabalhadores. No estudo de caso sobre a USP (Universidade de São Paulo), Almeida (2007, p. 45) afirma que:

[...] se a universidade não pode ser considerada uma instância que, por si só, resolverá diferenças sociais, as evidências apontam que se faz necessário, da mesma forma, repudiar a visão que a quer neutra, pois, quando ela não olha de modo mais interessado para as desigualdades que estão sobre seu terreno, acaba intensificando as disparidades previamente existentes.

Desse modo, faz-se necessário que as instituições públicas de ensino superior estejam em vigilância aos alunos que conciliam estudos e trabalho para não serem tentadas a cometer o pecado da nulidade diante das desigualdades educacionais. Além disso, é relevante a garantia de políticas afirmativas que forneçam adequações aos percursos dos estudantes-trabalhadores, de modo que eles possam participar de congressos, simpósios, oficinas, projetos de pesquisa e extensão e outras atividades de cunho científico essenciais a sua formação inicial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na intenção de contribuir com os estudos relacionados aos percursos, ingresso e estratégias de permanências dos estudantes no ensino superior, os resultados aqui apresentados tratam de uma questão urgente e permanente para a viabilização da educação superior como direito: as condições de permanência de categorias específicas na educação superior, no caso os estudantes-trabalhadores. Este trabalho



buscou responder à questão norteadora relacionada a quais estratégias os estudantes-trabalhadores recorrem visando garantir a permanência no ensino superior, considerando os principais desafios em conciliar o trabalho e os estudos, tendo como lócus de investigação uma universidade pública de Minas Gerais (MG).

Os achados mostraram, referente às estratégias adotadas pelos estudantes-trabalhadores que garantem a sua permanência no ensino superior, que a gerência do tempo é fundamental no processo de conciliação estudos e mundo do trabalho, sendo que as atividades científico-acadêmicas são realizadas durante os períodos de intervalo (horário de almoço, intervalo entre trabalho, início das aulas, entre outros). Vale ainda destacar que a maioria dos estudantes-trabalhadores investigados conseguem atingir um satisfatório desempenho acadêmico com notas para prosseguirem a graduação.

Por fim, esta pesquisa revelou a importância de investigações sobre a temática no campo da Sociologia da Educação, já que, historicamente, os perfis de estudantes-trabalhadores estão cada vez mais presentes nas universidades. Com isso, é possível, inclusive, que a comunidade acadêmica possa pensar em estratégias para que estes indivíduos tenham acesso às atividades científico-acadêmicas conforme suas possibilidades de permanência no ensino superior.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade**. Caderno CRH, v. 20, n. 49, p. 35-46, 2007.

\_\_\_\_\_. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In: PIOTTO, Débora Cristina. (Orgs). **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2014, p. 239-273.

ANDRADE, Cleide Lugarini de; SPOSITO, Marília Pontes. **O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 57, p. 3-19, 2013. Recuperado de <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1333>.

ÁVILA, Rebeca Contrera. **Trajetórias e estratégias escolares de mulheres de camadas populares que vivenciam uma tríplice jornada diária: trabalho remunerado, trabalho doméstico e estudos**. 2010. 235 f. Tese (Mestrado) - Curso



de Pedagogia, Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011. 229 p.

BASTOS, Ana Paula Barbosa Leite. **Herdeiros ou sobreviventes: mobilidade social no ensino superior no Rio de Janeiro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. A excelência e os valores do sistema de ensino francês. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 231-268.

\_\_\_\_\_. Compreender. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693-713.

\_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria e prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, Tânia F. **A demanda por vagas no ensino superior: análise dos vestibulares da UFMG na década de 90**. In: REUNIÃO DA ANPED, 23. 2000, Caxambu. Anais. Rio de Janeiro: ANPED, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 15 mai. 2019.

COULON, Alain. **Condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: Edufba, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta T.; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Brasília: Capes, 2000. p. 31-42.



ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa Benvenuti. **Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 1, 2014.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil. 2008.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denise Bárbara.; BUENO, Belmira. A. Oliveira.; SOUSA, Cynthia Pereira de; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 2003. p. 75-84.

LÜDKE, Menga. ; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1985.

MATOS, Diogo Pereira; SILVA, Gisele Francisca da. Categorias de análise da relação entre o trabalho e o estudo. In: SILVA, Gisele Francisca da Silva; DIAS, Rafaela Kelsen; SILVA, Rhuan Jonathan (Org.). **A tensa relação entre o trabalho e o estudo no Brasil: Os desafios enfrentados pelos estudantes do ensino técnico e superior noturno**. 1. ed. São João Del Rei: Edipet, 2018. p. 99-117.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares: o processo de escolha do curso superior**. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Elites econômicas e escolarização: um estudo de trajetórias e estratégias escolares junto a um grupo de famílias de empresários de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.



PIOTTO, Débora Cristina. Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social. In: PIOTTO, Débora Cristina (Org.). **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p. 133-166.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 135, p. 701 – 727, set/dez 2008.

PORTES, Écio Antônio. **O universitário de camadas populares no espaço do herdeiro**. Boletim do Departamento de Didática (Araraquara). Araraquara/SP, v. XVI, n. 15, p. 66-83, 1999.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre na UFMG**: um estudo a partir de cinco casos. 2001, 267p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias e estratégias do universitário das camadas populares**. 1993, 267p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **O Novo Perfil do Campus Brasileiro**: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), vol.19 n.3 p. 723-747. São Paulo, Sorocaba, Nov. 2014.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 27-51.

SANTOS, Eduardo Silva Duarte dos. **Políticas de permanência no ensino superior**: estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande nas Áreas da Educação. Rio Grande: FURG, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **O Ensino Superior no Brasil – 1998**. Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 1999.

SEPÚLVEDA, Bárbara Terezinha; LOPES, Jussara de Cássia. **Desigualdades raciais e ações afirmativas: o preto no branco na universidade brasileira**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SETTON, Maria da Graça. **A divisão interna do campo universitário**: uma tentativa de classificação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 80, n. 196, p. 451-471, set./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Rev. Bras. Educ. n.20. Rio de Janeiro Mai/ago. 2002.



SOUZA SILVA, Jailson. **“Por que uns e não outros?”**: caminhada de estudantes da Maré para a universidade. 1999, 166p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. p. 211-225.

TRAINA-CHACON, José Marcelo; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **A expansão da educação superior privada no Brasil**: do governo de FHC ao governo de Lula. Revista Iberoamericana de Educación Superior, Cidade do México, v. 6, n. 17, p. 78-100, 2015.

VARGAS, Hustana Maria. **Sem perder a majestade**: “profissões imperiais” no Brasil. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 107-124, 2010.

VARGAS, Hustana Maria; COSTA DE PAULA, Maria de Fátima. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior**: desafio público a ser enfrentado. Avaliação (Campinas)[online]. 2013, vol.18, n.2, pp.459-485.

VIANA, Maria José Braga. Em que consiste a excelência escolar dos meios populares? O caso de universitários da UFMG que passaram pelo programa Bom Aluno de Belo Horizonte. In: PIOTTO, Débora Piotto. C. (Org.) **Camadas populares e universidades públicas**: trajetórias e experiências escolares. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

\_\_\_\_\_. **Longevidade escolar em famílias de camadas populares**: algumas condições de possibilidade. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

## APÊNDICE - REFERÊNCIA NOTA DE RODAPÉ

3. Segundo Traina-Chacon; Calderón (2015), a expansão universitária pública teve início em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, com a interiorização dos campi das Universidades Federais. O número de municípios atendidos pelas Universidades Federais passou de 114, em 2003, para 237, ao final de 2011.

4. Considera-se como indicadores para pertencimento aos meios populares pais com baixo nível de escolaridade e baixa renda familiar, bem como aqueles grupos que ocupam as posições que se situam na base da pirâmide social (VIANA, 2014).





5. A assistência estudantil tem como finalidade desenvolver ações para os alunos, atendendo as suas necessidades enquanto sujeitos em formação (ESTRADA; RADAELLI, 2014).
6. O PNAES tem um papel bastante pragmático de assistência estudantil na medida em que proporciona subsídios aos alunos que se enquadram dentre os requisitos de vulnerabilidade socioeconômica do programa (SANTOS, 2018). Em 2015, o “Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil” demonstrou que pela primeira vez o orçamento nominal do PNAES nas Universidades Federais ultrapassou o investimento de 1 (um) bilhão de reais. Disponível em: [file:///C:/Users/Aspire%20F15/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/895597\\_RELAT%C3%93RIO\\_CONSOLIDADO\\_PNAES\\_3RA.\\_RODADA.pdf](file:///C:/Users/Aspire%20F15/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/895597_RELAT%C3%93RIO_CONSOLIDADO_PNAES_3RA._RODADA.pdf). Acesso em 21 de maio de 2021.
7. Compreende-se como trajetórias escolares prolongadas a permanência na escola até o ingresso no ensino superior (PIOTTO, 2008).
8. Lahire (1997, 2002) e outros estudiosos tecem críticas ao conceito de habitus apresentado por Bourdieu, ao entenderem que um sujeito, a partir de sua origem social, estaria fadado ao sucesso ou insucesso escolar, por exemplo. No entanto, o que Bourdieu pontua que o habitus traria consigo uma predisposição na tomada de atitudes, modos de agir e pensar, e não uma determinação nas trajetórias individuais e/ou coletivas.
9. Houve esclarecimento sobre os objetivos do trabalho, via TCLE, de modo a impedir a ocorrência de danos de ordem moral, intelectual, emocional ou espiritual.
10. A aprovação na Plataforma Brasil encontra-se sob o CAEE nº: 94868718.7.0000.5525.
11. O primeiro Campus com o maior número de discentes matriculados é o da Unidade de Passos.



12. Valor base referente ao salário mínimo em junho e julho de 2020, período da coleta de dados.

13. Considera-se indivíduos de classes populares com renda familiar com até 03 (três) salários mínimos (equivalente a R\$3.135,00 durante o período da coleta de dados).

14. Estudo sobre o perfil de vestibulandos da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) durante os anos 1990 e 2000.

15. O Enem foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes concluintes do ensino médio e, a partir de 2004, a prova passou a ser utilizada como ferramenta para ingresso em instituições do ensino superior.

16. Em pesquisa realizada em 1961/1962 e 1965/1966 sobre aspectos socioculturais da sociedade francesa refletidas também dentro dos espaços educacionais.

Enviado: Fevereiro, 2022.

Aprovado: Junho, 2022.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação (UFOP). Mestre em Educação (UFOP). Licenciada em História (UFMG). ORCID: 0000-0003-0933-6734.

<sup>2</sup> Graduação em História.